

A história (quase) em nossas mãos!

Sérgio Lessa

Membro da editoria da Revista Crítica Marxista e Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas.

7/9/2013

[publicado em BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (orgs.). Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.]

As manifestações que atravessaram de norte a sul o país, neste ano de 2013, foram um fenômeno social inédito, desconhecido em nossa história. Nunca tantas pessoas saíram às ruas. Nunca, antes, milhões ganharam as praças sem serem convocados pelos partidos políticos e pelos principais órgãos de imprensa (como ocorreu, diferenças consideradas, com o Primeiro de Maio de 1980 em São Bernardo, com as Diretas Já e com o impeachment do Collor). As manifestações não tiveram um móvel particular, definido ou pré-orquestrado. Talvez a palavra de ordem que melhor expresse o estado de espírito da maioria seja um difuso, porém perceptível, "contra tudo e contra todos!".

As manifestações vieram na esteira de um recrudescimento da repressão aos movimentos populares (o antigo MST, a resistência à construção de barragens, como em Belo Monte, a resistência à privatização da universidade pública e ao Reuni, etc.), uma estratégia iniciada no final da "era FHC" e aprimorada nos diversos governos petistas. Desde a Ditadura Militar, foi pela primeira vez sob o governo Lula que a Polícia Federal entrou nos Campi universitários para reprimir estudantes, professores e funcionários, que a repressão às manifestações de rua se tornou mais violenta (com ataques da tropa de choque e o cerceamento ostensivo do direito à manifestação pelo isolamento dos manifestantes no interior de um cordão de policiais, com a prisão e abertura de processos contra militantes e por fim, mas não por último, a manutenção dos assassinatos das lideranças no campo e da impunidade dos assassinos, etc.). A mera quantidade de manifestantes implodiu essa estratégia. Frente à nova correlação de forças, uma nova estratégia repressiva ainda não parece ter sido encontrada pelas forças da ordem.

As manifestações ocorreram, também, na etapa final do "teste", digamos, dos partidos estruturados na redemocratização. Todos os partidos com expressão nacional (o PMDB, o antigo PFL, o PSDB e o PT) assumiram o poder e demonstraram a enorme distância entre seus discursos eleitorais e suas práticas. Desde os municípios até o governo federal, todos os partidos comprovaram a tese, tida até há pouco de

Excluído: ¶

¶
¶
¶
¶
¶
¶
¶
¶
¶
¶

Excluído: ¶

¶
¶
¶
¶
¶
¶
¶
¶

fantasiosamente radical, de que nada mais fazem do que "o mais do mesmo". O PSDB não fez mais do que aprofundar as políticas neoliberais inauguradas por Collor, o PT apenas aperfeiçoou a obra do PSDB. Quando as manifestações mostraram sua força, não foi por acaso que todos esses partidos reagiram do mesmo modo: ausentaram-se. Melancólico o silêncio de Lula. *Fake* o "observar acadêmico" de FHC. Macambúzia a promessa de Dilma de "escutar as ruas". Farsante a tentativa do Congresso Nacional "mostrar serviço" aprovando legislações rigorosamente inócuas. Enquanto partícipes do "Partido da Ordem", buscaram salvar as "instituições" do espontâneo rechaço popular. Todos eles são parte do "tudo" e dos "todos" contra os quais fomos às ruas. As manifestações tiveram, por isso, um claro e inequívoco caráter antipartidos, antipolítica e antigraude imprensa (sobre esses aspectos, [voltarei](#) mais [à frente](#)).

Essas causas, sem deixarem de ser verdadeiras, são insuficientes para explicar o que vivenciamos. O descontentamento generalizado e o desgaste das instituições, por si só, não explicam o que assistimos. As razões mais importantes na eclosão das manifestações possivelmente sejam uma alteração das classes trabalhadoras e populares de 1970 para cá e uma nova aliança de classes no poder que se desenvolveu, paulatinamente, desde a década de 1980.

A aristocracia operária e o grande capital

Graças à abundância de matérias-primas baratas, espaços continentais ainda desocupados, uma malha de transporte e produção de energia capaz de se expandir com investimentos não tão vultuosos e, acima de tudo, com uma força-de-trabalho da ordem de dezenas de milhões, disciplinada e sem tradição de lutas (como, por exemplo, a da classe operária argentina ou boliviana); com uma estrutura sindical e partidária "confiável" vinda da ditadura militar e, ainda, com classes dominantes que, desde 1500, cumprem diligentemente seu papel de serviçais do grande capital mundial — todos esses fatores fizeram do Brasil, uma vez iniciada a crise econômica mundial, em meados de 1970, um dos locais preferidos para investimentos pelo grande capital internacional.

Isto deu início à transformação das classes assalariadas. Os primeiros passos, ainda tímidos, sob o "Milagre Brasileiro", entre 1969 e 1973, se aprofundaram, com avanços e recuos, até chegarmos aos nossos dias. Seu móvel mais importante é que a fonte de riqueza mais lucrativa ao grande capital deixou de ser a extração de matérias-primas e a exportação dos produtos primários. Ao lado destas fontes de riqueza "tradicionais", em nossa história desde o Ciclo do Açúcar, revelou-se ainda mais lucrativa a exploração

da força-de-trabalho pela introdução no país de grandes plantas industriais e pela conversão do latifúndio tradicional em *agrobusiness*. Sendo breve, as indústrias cresceram, promoveram o inchamento dos centros urbanos à escala atual, milhões de trabalhadores abandonaram o campo para formar uma geração operária jovem e inexperiente, política e sindicalmente. Pelo mesmo processo e pelas mesmas mediações, o crescimento das cidades e do parque industrial gerou um novo mercado de serviços (desde limpeza de fábricas, manutenção de máquinas, assistências técnicas de todas as ordens, até serviços como lazer, saúde, educação, transportes etc.) que tem sido a base econômica para o surgimento de um amplo conjunto de assalariados. Composto por profissionais liberais, comerciantes, "empreendedores", ambulantes, trabalhadores *part-time* e do mercado informal etc., formam uma enorme massa de pessoas, heterogênea e variável no espaço de alguns poucos anos. Em poucas palavras, entre os grandes proprietários do campo e da cidade, com sua umbilical conexão com o sistema mundial do capital, de um lado e, de outro lado, os proletários do campo e da cidade, se interpôs algo inédito na nossa história: "as classes de transição" entre os extremos sociais. É o que, muitas vezes, nas estatísticas oficiais tem sido apresentado como a "nova classe média".

Há, aqui, que se avançar com precaução. Pois a tradicional "classe média" dos países capitalistas mais desenvolvidos cumpre uma função social distinta das nossas "classes de transição". Lá, devem potencializar o consumo perdulário; aqui, devem maximizar a lucratividade dos empreendimentos, notadamente nas indústrias. Em ambos os casos servem à reprodução do capital, é verdade; contudo, servem de modo distinto e isso pode ter consequências quando se tratar das manifestações de 2013. Nos países centrais, tendem a ser mais conservadoras enquanto que, na periferia, tendem a ser mais combativas.

O impacto dessas transformações sociais é mais profundo do que sugere um primeiro olhar. A lucratividade de todo empreendimento capitalista pode ser ampliada, basicamente, por dois mecanismos. O primeiro é fazer com que se trabalhe mais pelo mesmo salário. Isso é conseguido de diversas maneiras, a mais frequente em épocas de grande desemprego é despedir trabalhadores e contratar outros com salários mais baixos. Essa é uma forma eficaz economicamente, mas tem a desvantagem de aumentar a revolta entre os trabalhadores. O segundo mecanismo é fazer com que perca o seu valor a força de trabalho. Caso a alimentação, o vestuário, as despesas com a educação dos filhos, saúde, transportes etc., fiquem mais baratos, é possível que uma parcela menor da riqueza produzida pelo operário seja convertida em seu salário,

aumentando, conseqüentemente, a porção da riqueza que fica com o patrão sem que diminua o poder aquisitivo do trabalhador.

A urbanização já coloca em ação o segundo mecanismo, a queda do valor da força de trabalho. O crescimento do mercado consumidor torna lucrativa a produção muito mais barata, em escala industrial, dos alimentos, roupas, remédios etc. consumidos pelos trabalhadores. A ampliação da escala dos serviços de transporte, saúde, educação etc. faz com que diminuam seus custos. Essa tendência natural do mercado é complementada por calculados investimentos do Estado nos serviços públicos (transporte, saúde, educação e moradias, principalmente), barateando ainda mais o custo da reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, ampliando a lucratividade do sistema do capital no seu todo¹.

Os operários mais especializados, que quase sempre trabalham em grandes plantas industriais ou empresas gigantescas (montadoras automobilísticas, Petrobrás, CSN etc.), possuem não apenas salários mais elevados como ainda tendem a ter, durante boa parte de sua vida produtiva, uma estabilidade **relativamente maior** no emprego. Por outro lado, para produzir tanto os bens de primeira necessidade (vestuário, alimentos, moradia, etc.), quanto matérias-primas (carvão vegetal, estanho, etc.) e componentes (autopeças e eletroeletrônicos, etc.), o interior do país também vive um processo de industrialização. Pequenas cidades como Turitama (PE), Goiás Velho (GO) e Toledo (PR) recebem indústrias que exploram uma mão de obra barata, sem organização sindical, não especializada, para a qual o mero emprego industrial é uma melhoria de vida. As jornadas e a intensidade do trabalho são inimagináveis – os relatos são impressionantes. Uma massa proletária no interior do país (onde havia antes camponeses e trabalhadores rurais, quase sempre massa de manobra política das forças mais conservadoras) é a contrapartida do desenvolvimento do operariado nos grandes centros.

Excluído: relativamente maior

Nessas novas circunstâncias, os operários especializados dos grandes centros urbanos e das plantas industriais com emprego intensivo de tecnologia participam ativamente do mercado de consumo de massas e têm interesse direto na manutenção dos baixos salários dos trabalhadores que produzem o que eles consomem. Quanto menor o salário nas indústrias têxtil, alimentícia, tecelagem, eletroeletrônica etc., maior será seu poder aquisitivo. Do mesmo modo, quanto menor o dispêndio do Estado com

1

O primeiro mecanismo é denominado de mais-valia absoluta e, o segundo, de mais-valia relativa.

os salários dos funcionários públicos, com a assistência aos mais carentes, etc., mais baratos serão os serviços públicos (transportes, saúde, educação, etc.) e, portanto, maior seu poder aquisitivo.

Instaura-se, por essa via, uma clivagem entre o setor mais especializado dos operários, com melhores salários, culturalmente mais elevado, politicamente melhor formado, e o restante da classe. Foi assim que, desde 1970-80, passamos a contar com uma "aristocracia operária". Esta se distingue dos seus colegas de classe não apenas pelo seu maior poder de compra, mas também por uma maior disposição em se aliar com o grande patronato sempre que seu emprego ou seu poder aquisitivo estiver em jogo. É um setor da classe operária que não hesita em prejudicar o restante da classe para manter seus "privilégios" e sua participação no mercado de consumo.

Como reúne a parcela do operariado mais especializada, culturalmente melhor formada e com maior capacidade de liderança, desde o século 19 na Alemanha e na Inglaterra, desde o início do século 20 na França e, desde a década de 1980 no Brasil, os sindicatos e centrais sindicais, os partidos e agremiações políticas que se originam do movimento dos trabalhadores, tendem a ser liderados por representantes da aristocracia operária. Por essa razão, fundamentalmente, tais sindicatos e partidos têm se aliado ao grande capital e atuado como seus "cães de guarda" (a expressão é de [Alan Bih](#)) sobre o conjunto dos trabalhadores.

Comentado [JW1]: Alan ou Alain?

Nesse particular, a trajetória do PT e da CUT é exemplar pela sua rapidez no tempo e pela transparência de suas causas. As greves de 1978-80, que chacoalharam o Brasil, foram saudadas como a entrada da classe operária no processo de democratização. As saudações eram acertadas: a ditadura não se recuperaria daquele golpe e a iniciativa política tenderia a ficar com as forças mais moderadas da oposição.

Hoje, todavia, podemos perceber o que, naquele momento, passou despercebido: a entrada do proletariado foi tão limitada quanto seria o próprio processo de redemocratização. A industrialização criou uma aristocracia operária e os processos mais lucrativos (os "carros chefes da economia", como se dizia então), literalmente passavam por suas mãos. Tal como nos países capitalistas centrais, também no Brasil um setor mais especializado, mais culto, politicamente mais informado, tinha sido gerado espontaneamente pelo simples avanço das indústrias e o crescimento dos centros urbanos. Nos outros países, esse setor do proletariado se aliou ao grande capital e desempenha, até hoje, um papel político que lhe garante vantagens materiais e, para seus representantes, a burocracia sindical, um excelente lugar ao sol. Os burocratas sindicais, com sua capacidade de controlar o conjunto dos trabalhadores a

partir do sólido apoio da aristocracia operária, ocupam postos nos ministérios, fazem parte de comissões e assessoram diretamente o governo – com todas as vantagens "naturais" dessa situação. São parceiros "responsáveis" "na condução" dos "negócios nacionais", como avaliara De Gaulle ao entregar o controle do principal órgão de previdência francês às centrais sindicais logo após a II Guerra Mundial.

Comentado [JW2]: As aspas devem ficar assim mesmo? Ou "responsáveis na condução dos negócios nacionais"?

Até 1980, nossa burocracia sindical excluía os representantes da jovem aristocracia operária. Era, para ser breve, pouco mais do que uma máfia que mantinha a estrutura sindical sob seu controle com o auxílio da ditadura militar e do patronato. Era corrente a prática de nomear os militantes que estavam surgindo para serem despedidos pelos patrões. O grande capital, contando com os militares e com os pelegos, não tinha porque tratar nossa aristocracia operária melhor do que já o fazia: salários "condizentes com o mercado", isto é, acima dos salários médios dos "peões"; uma estabilidade no emprego um pouco maior (principalmente devido à sua maior especialização) e a intensidade do trabalho era um pouco menor. Mas, ainda que fosse a "aristocracia", era reprimida e tratada como se fosse a plebe.

As greves de 1978-80

Foi essa insatisfação que explodiu com as greves de 1978-80. Contou com o apoio amplamente majoritário da classe operária e levantou simpatias generalizadas porque ninguém mais suportava a opressão, a miséria, a corrupção, as injustiças e, acima de tudo, a brutal concentração de renda. Rapidamente, o movimento ganhou uma característica inédita em nossa história: a aristocracia operária se articulou nacionalmente dando origem à CUT e ao PT. Os velhos pelegos naufragaram nas greves. Nem os patrões os procuravam mais, já que só representavam a eles próprios. A ânsia por mudanças e justiça – eram anos de Constituinte, retorno dos exilados, luta pela anistia, MST em ascensão, reconstrução das entidades estudantis etc. – foi sendo polarizada ao redor de um projeto cujo eixo era a maior participação dos trabalhadores na "vida política" e na "determinação dos rumos da nação" – pouco se falava em superar o capitalismo. Naturalmente, a CUT e o PT foram se tornando as instituições mais representativas dos ventos de mudança.

A Constituinte de 1987-8 foi a consolidação do que viria a ser o rumo "democrático" do país. Tanto a nova burocracia sindical (o sindicalismo "autêntico") quanto as forças mais progressistas (a Igreja, o MST, o movimento popular etc.) jogaram toda a força na eleição de representantes para a Constituinte e, depois, nas disputas internas para a elaboração da nova Carta Magna. Promulgada a nova Constituição, todavia, nada se

alterou no país. A transição, que se iniciara da forma a mais conservadora, com a eleição da dupla Tancredo-Sarney (aquele fiel servidor dos ditadores e das classes dominantes e, este, o último presidente da ARENA), não teria seu rumo alterado pela recém promulgada Constituição. Fracassou a estratégia de aproveitar a Constituinte para uma transição à democracia mais favorável aos setores populares -- e a vitória de Collor sobre Lula, apenas um ano depois, em 1989, selou a derrota da frente progressista que congregava, sob a liderança dos sindicalistas "autênticos", a Igreja, os movimentos populares, parte da imprensa e setores progressistas.

Foi nesse momento que foram assentados os termos da negociação entre os representantes da aristocracia operária e o grande capital em vista a uma acomodação que propiciasse o "desenvolvimento econômico" e a "consolidação da democracia" -- uma democracia que era a derrota dos trabalhadores. Com a força política e organizativa que conquistara, a aristocracia operária se cacifou para negociar de uma posição de força; contudo, as derrotas na Constituinte e a vitória de Collor devolveram a iniciativa política ao grande capital. Collor iniciou a abertura econômica que foi o primeiro passo das reformas neoliberais e a CUT, reconhecendo a derrota, enviou ao Planalto seu então presidente, Jair Meneguelli, para um beija-mão. A CUT e o PT reconheciam a derrota e aceitavam a regra do jogo -- queriam todavia dele participar.

A história de como foi sendo costurada essa aliança da aristocracia operária e seus representantes com o grande capital é quase um misto de história de espionagem e romance policial. Não faltaram lances secretos, negociações às escuras e escusas, promessas que nunca poderão ser públicas, malas de dinheiro e, também, confrontos, embates abertos, quase sempre no Congresso (com a CUT e o PT organizando manifestações e campanhas) ou por ocasião das eleições -- até que, com o segundo governo FHC e o aprofundamento da crise econômica que marcou o final de sua "era", o PT e a CUT tiveram uma oportunidade de ouro de selar a aliança com o grande capital.

Internamente, a CUT e o PT já haviam destroçado suas alas mais combativas. Com a greve dos petroleiros, em 1995, abandonada à morte por inanição pela CUT e pelo PT, desarticulou-se a última força mais à esquerda que talvez viesse a ser um obstáculo para um acordo com o empresariado. Por outro lado, com a crise política do final do governo FHC, as reformas neoliberais enfrentavam uma significativa oposição popular. A reforma da previdência dos funcionários públicos, a grande negociata do dia, não passaria sob um governo do PSDB. Lula e os dirigentes do PT e da CUT (nesse momento, já com o apoio e participação do MST, o último movimento popular ainda com força social significativa) se dispunham a levar avante as medidas que o PSDB gostaria de implementar, mas não tinha forças -- e que a grande burguesia almejava no curto

prazo, mas não contava com uma representação política com potência para empreendê-las. O PT na presidência foi a solução.

A "república dos sindicalistas" vivia seus dias de glória. A posse de Lula em Brasília foi uma apoteose nacional. Nas semanas e meses seguintes, a burocracia sindical recebeu sua parte do bolo na forma de milhares de cargos comissionados, quase sempre com polpudas gratificações, e muitos dos principais sindicalistas passaram a administrar os fundos de pensão e ter influência nas grandes negociatas que sempre envolvem o "fundo público". As reformas neoliberais foram aprofundadas com o "modo petista de governar" e mesmo a reforma da previdência do funcionalismo público – tão drástica que provocou o que seria o maior movimento de massas nos dois governos Lula – contou com apoio suficiente para garantir o céu de brigadeiro que o grande capital almejava.

Excetuada a "brecada de arrumação" que foi o episódio do mensalão – o PT foi com muita sede ao pote da corrupção e era preciso "impor limites" (Roberto Jefferson) – a versão tupiniquim do "pensamento único" rezava que não havia governo melhor no universo do que o petista. As provas? A elevada popularidade dos governantes, as "bolsas" todas (família, escola, alimentação, minha casa, meus eletrodomésticos etc.), o prestígio de Lula junto aos "grandes" da política mundial (Obama: "*This is our guy!*"), a adesão do MST à base de apoio ao governo, a manipulação estatística que "comprova" uma fictícia distribuição de renda e riqueza, etc. etc.

Consolidou-se, dessa forma, um dos elementos que nos parecem decisivos para explicar as manifestações que vivenciamos: sindicalistas e grande capital se uniram para promover uma unanimidade nacional ao redor dos governos petistas e de uma política econômica, para ser breve, neoliberal. A grande imprensa, todos os grandes partidos, todas as centrais sindicais e quase todos os sindicatos (o ANDES, sindicato nacional dos professores universitários, e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos são exceções que confirmam a regra) adentraram ao "Partido da Ordem": nenhuma força parecia existir que pudesse desafiar este construto político tão bem articulado e sólido.

Todavia, de Collor a Dilma, as políticas neoliberais cumpriram a sua finalidade: alocar maciçamente riqueza no sistema financeiro para deslocar as contradições cada vez mais agudas de um sistema mundial do capital que contempla sua quebra-deira geral. O quanto tais políticas concentraram de renda e riqueza nas mãos de uma ínfima minoria e, no outro polo, o quanto resultaram em miséria, desemprego, violências de todas as ordens, tanto as institucionalizadas (Guantánamo, com seus inovadores métodos de

tortura), quanto aquelas das nossas ruas e avenidas, é algo que não precisamos mais do que mencionar.

O descontentamento geral e generalizado "com tudo e com todos" não parou de crescer e, contudo, não tinha como se manifestar.

Hic et nunc

Enquanto nas "nuvens da política" o céu era de brigadeiro para "os do poder", a vida continuava a percorrer seus caminhos pelas avenidas e vielas do país.

Desde 1500, a marca de nossa história tem sido a de sermos fontes de riqueza a ser acumulada nos países capitalistas centrais. Uma classe dominante, sócia do grande capital mundial na exploração das riquezas naturais e dos trabalhadores, é a contrapartida necessária do fato de sermos "exportadores de capital". O efeito colateral, nada desprezível, é uma sociedade profundamente desigual, com a pior distribuição de renda do planeta.

Quando nos tornamos independentes, de fundamental, nada mudou. Nossa independência foi predominantemente determinada pela necessidade da Inglaterra industrializada tirar Portugal do papel de intermediário no comércio com o Brasil. Passamos a exportar café em 1830 e fizemos a Abolição e a República, porque assim atenderíamos melhor às necessidades do capital inglês. Entre o suicídio de Getúlio, em 1954, e o Golpe Militar de 1964, demorou apenas uma década para que as epidérmicas alterações nesse esquema (a industrialização pela substituição das importações) fossem revertidas: "o que é bom para os EUA" voltou a ser "bom para o Brasil"!

Com a crise estrutural do capital que se iniciou em 1970, como já vimos, o país passou a ser um dos focos de investimentos do grande capital: não apenas para continuar a explorar perdulariamente nossas riquezas naturais, mas também para intensificar a exploração da força de trabalho em moldes "modernos", o que inclui vasto parque industrial, a geração de uma aristocracia operária, a industrialização de áreas do interior do país e o *agrobusiness*.

O petismo, com seu "desenvolvimentismo", nada mais é que a prossecução nos moldes hoje possíveis, do nosso papel tradicional no "concerto das nações". Por isso o paradoxo de que, por mais que aumente o nosso Produto Interno Bruto, a distribuição de renda não melhora (estamos aqui excluindo, por que não realiza qualquer distribuição de renda, os programas de esmolas federais, como o bolsa família, etc. Dar esmola reproduz a miséria, não distribui renda ou riqueza). Por isso as misérias da vida

cotidiana não têm qualquer perspectiva de melhoria: das escolas de samba, da educação ao transporte, da saúde ao meio-ambiente, da família aos indivíduos, em nenhum setor da vida as coisas deverão melhorar no futuro previsível. O oposto parece ser o mais correto: estamos indo desta para uma pior. A desagregação dos centros urbanos em praças de guerra talvez seja o fenômeno contemporâneo que epidemicamente melhor simbolize o tamanho da crise em que estamos metidos.

Comentado [JW3]: ?

A profundidade e extensão da desagregação social, contudo, não possui nenhum reflexo, no sentido de provocar movimentos, na esfera das "nuvens da política". Em Brasília, vê-se o mundo com outros olhos. Um milhão de assinaturas pedindo o afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado é protocolado no Congresso e o resultado é uma demonstração de força por parte do senador apupado nas praças que o torna ainda mais poderoso em seu cargo.

É dessa ótica do mundo das nuvens que as Copas das Confederações e do Mundo e as Olimpíadas deveriam ser o coroamento do projeto "desenvolvimentista" do PT e a garantia da volta ao Planalto de Lula após o segundo mandato de Dilma. Se até a Ditadura Militar foi capaz de capitalizar uma copa do mundo, imaginem o que os petistas e seus marqueteiros não poderiam fazer! O plano parecia perfeito: estimularia a construção civil, propiciaria grandes ganhos para os empreiteiros, aqueceria a economia, geraria empregos e, ainda, seria a oportunidade para os corruptos em todos os postos demonstrarem sua rapacidade e sua criatividade. Tinha tudo para dar certo. O povo ficaria a favor, teria jogos de futebol e, ainda, empregos. As empreiteiras e a burocracia se locupletariam. A imprensa e os partidos políticos poderiam fazer reparos aqui ou ali, mas não teriam como deixar de reconhecer o brilhantismo da estratégia petista. A reeleição tranquila de Dilma para o seu segundo mandato prepararia o retorno glorioso de Lula em 2018.

A crescente insatisfação de todos e as misérias de muitos não tinham como se articular em um discurso, quanto mais como se manifestar. Até que as coisas chegaram ao ponto em que surgiu uma nova qualidade pelo mero agravamento quantitativo. Essa é a característica mais importante das manifestações de 2013: é a forma e maneira em que as insatisfações com o nosso "modo de ser brasileiro" (Arnaldo Jabor) puderam se manifestar. Contra tudo e contra todos!

O quanto isto é positivo, é difícil ser exagerado.

O preocupante, todavia, são as enormes debilidades para atingir o objetivo de transformar seriamente o país que o movimento exhibe. Antes que seja capaz de articular uma organização nacional e um claro projeto de tomada do poder contra as classes

dominantes e sua fiel aliada, a burocracia sindical, será joguete fácil na mão dos políticos profissionais, isto é, dos serviços das classes dominantes. Como esse desafio será enfrentado pelo movimento – e com qual sucesso – é algo que não se pode antever. O que podemos dizer, até agora, é que os partidos de esquerda que sobreviveram às décadas neoliberais não parecem capazes de cumprir essa função. Com esse último tópico, concluiremos nossas observações.

A esquerda e as manifestações

Impõe-se que, nesses dias, ao falarmos de esquerda, iniciemos por defini-la. Depois de tantos anos sem revoluções, nada mais natural que as coisas estejam confusas. A esquerda são as forças e organizações políticas que não apenas são oposição ao governo, mas também que defendem a superação da sociedade fundada na exploração do homem pelo homem, da sociedade organizada pelo Estado e da família patriarcal. Ao lado de centenas de organizações locais, com presença nacional temos três organizações: o PCO (Partido da Causa Operária), o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro).

As três organizações são **muito distintas** entre si. Suas estratégias políticas, as formas de funcionamento interno, suas referências teóricas e ideológicas, suas trajetórias, etc., são **bastante diferentes**. Das três, o PSTU é a organização que conseguiu alguma inserção no movimento operário e que articulou uma expressiva central sindical de oposição ao petismo, a Conlutas. Possui, ainda, a maior editora de esquerda do país e um jornal semanal de ampla circulação – feito único desde as décadas de 1950 e 1960. Nem o PT conseguiu um órgão de imprensa como o PSTU.

Diferenças à parte, as três organizações possuem o mérito de terem resistido à avalanche conservadora que foram as três últimas décadas do século 20. Sobreviver sob tal pressão ideológica, por si só, é um grande mérito.

Méritos reconhecidos e assinalados, o fato é que tais organizações foram colocadas como integrantes do "tudo" e "todos" contra os quais as manifestações se levantaram. Isso é apenas decorrente do fato de que, para sobreviver, as organizações da esquerda fizeram o que *parecia possível*: escolhiam sempre a "menos pior" das alternativas no interior da ordem. Participaram de todas as eleições e foram ganhando ares eleitoreiros; apresentaram propostas que lhes *pareciam viáveis* para melhorar a sorte do povo, administraram sindicatos e associações de classe como *era possível*... em poucas palavras, passaram a viver em função das eleições, dos cargos que conquistavam nos sindicatos e congêneres e, no dia a dia, não se diferenciavam nem do PT, nem do PSDB,

nem do PSOL. Sua prática e seu discurso eram apenas mais radicais, mas dentro da ordem. Quando o "contra tudo e contra todos" se expressou nas praças, seria surpreendente se tais organizações não fossem duramente criticadas.

"O general que comanda a ofensiva não é o mesmo que comanda a retirada", reza um ditado russo. Os partidos de esquerda tiveram o mérito indisputável de terem resistido. Para isso, contudo, tiveram que desenvolver características que, talvez, os incapacitem para liderarem as lutas futuras. Acima de tudo, tiveram que desenvolver um centralismo na direção e uma disciplina nos militantes que se contrapõem frontalmente às características organizacionais que estão surgindo nas manifestações (não apenas no Brasil, mas também no exterior). A defesa rigorosa e intransigente da "doutrina revolucionária" as converteu em defensoras de dogmas e com enorme dificuldade em aprender com a história. Mesmo a recusa dos partidos políticos – que possui um elemento muito positivo de denúncia do fundamental da ordem – muitas vezes foi, pelos partidos de esquerda, reduzida a uma fantasiosa ameaça fascista. Fascistas existem, claro está. Mas imaginar que sejam eles os responsáveis pela postura antipartidos é mistificação dos fatos e manifestação de um certo "espírito de preservação".

O que há de positivo na recusa dos partidos e da política, de algum modo esteve também presente na recusa à grande imprensa. Uma recusa ativa, com palavras de ordem e posturas que inviabilizavam a presença de repórteres da grande mídia junto dos manifestantes. A surpresa de um Caco Barcelos ao ser hostilizado -- "nem na ditadura....!" -- é apenas comparável à sua incompreensão do que ocorria. Não dá para servir a dois senhores! Pago pelos Robertos Marinhos da vida, seu lugar não é entre os manifestantes. Não por outra razão, mas porque décadas deste assalariamento levaram os profissionais da grande imprensa a tergiversar, a se calar, a se ausentar, a virar o rosto — quando não a mentir abertamente! — a serviço dos poderosos. E, pelo mesmo ato e pelas mesmas palavras, as pessoas abriam suas redes domésticas para que os repórteres dos manifestantes, em cores e ao vivo, transmitissem pela internet, para quem quisesse ver e ouvir, o que ocorria nas ruas. O que *de fato* ocorria nas ruas: sem edições em cabines fechadas e sem a direção de quem quer que fosse! Uma nova imprensa, uma nova escola de jornalismo, um novo código profissional está dando seus primeiros passos, analogamente a como uma nova geração de militantes está se formando.

O Brasil não é mais o mesmo! Isso parece ser uma unanimidade nacional. O que está em jogo é em que sentido e com que conteúdo as mudanças irão se consolidar. O futuro está em aberto e dependerá, em enorme medida, do que pessoas como eu e

você fizermos no futuro próximo. Ou seja, como ocorre raras vezes, a história pode estar em nossas mãos.

Mãos à obra, portanto!